
Relatório Anual de Atividades 2021

Documento proposto para apreciação do Conselho Diretivo do IMT
30 de março, 2022

Controlo documental

Designação: Relatório Anual de Atividades 2021
Elaboração: Unidade segregada do Fundo de Transportes
Versão: Documento base
Data: 30 março de 2022

Relatório Anual de Atividades 2021

ÍNDICE

I. INFORMAÇÃO GERAL.....	3
II. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS.....	5
III. RECURSOS FINANCEIROS.....	5
IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
V. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA.....	12
VI. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES.....	14

ANEXOS

Listagens de ponto de situação dos Avisos.....	16
Aviso n.º 1/2021 - APOIO À DESCARBONIZAÇÃO DA FROTA DE TÁXIS	
Aviso n.º 2/2021 - APOIO À DIGITALIZAÇÃO DO SETOR DO TÁXI	
Aviso n.º 3/2021 - APOIO À AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ESTACIONAMENTO DE BICICLETA	
Aviso n.º 4/2021 - CAPACITAÇÃO DAS AUTORIDADES DE TRANSPORTE	
Aviso n.º 5/2021 - PROMOÇÃO DE MODOS COMPLEMENTARES DE MOBILIDADE	
Aviso n.º 6/2021 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E MONITORIZAÇÃO MOBILIDADE CICLÁVEL	
Aviso n.º 7/2021 - APOIO A PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES	

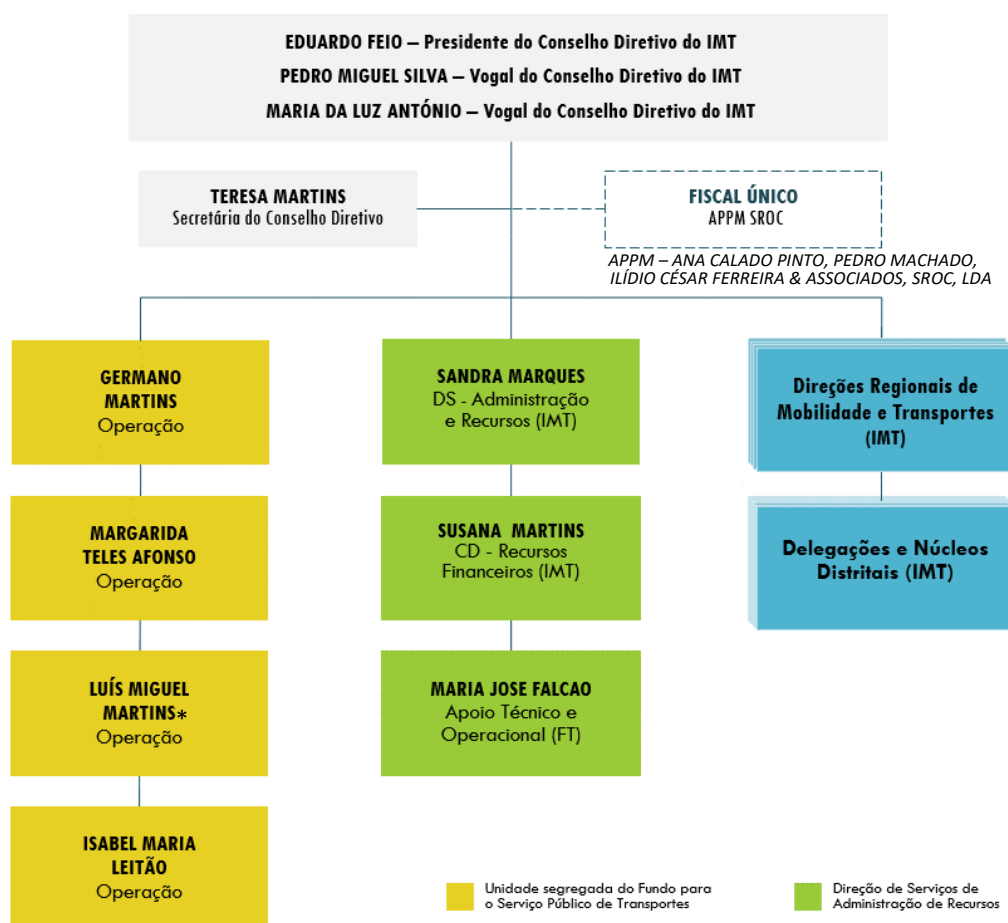
I. INFORMAÇÃO GERAL

1. Introdução

No presente documento apresenta-se a descrição financeira dos apoios atribuídos e a apreciação das atividades desenvolvidas 2021, no âmbito do Fundo para o Serviço Público de Transportes (FSPT). Conjuntamente com os documentos que integram a «conta de gerência», será submetido à aprovação aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e dos transportes urbanos, como previsto no n.º 3, do Art.º 9.º do respetivo Regulamento aprovado pela Portaria n.º 359-A/2017 de 20 de novembro.¹

2. Gestão e funcionamento do Fundo Transportes

A gestão do FSPT é assegurada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, IP) através do seu Conselho Diretivo, com supervisão do membro do Governo responsável pela área dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros (Secretário de Estado da Mobilidade). O IMT, IP assegura, também, o apoio técnico, logístico e administrativo necessário ao funcionamento, para o que concorrem vários serviços centrais e regionais.



* Desde agosto de 2021

¹ Os documentos previsionais e de prestação de contas do Fundo de Transportes são aprovados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros.

3. Constrangimentos ao desenvolvimento das atividades

O ano 2021 fica, ainda, muito marcado pela situação de pandemia, cujo impacto nas atividades desenvolvidas e nos resultados obtidos foi muito acentuado, tal como já se tinha verificado em 2020.

Globalmente o valor da receita efetivamente obtida foi até superior à prevista, mas, devido à irregularidade em que ocorreu a cobrança, as taxas de execução financeira dos avisos publicados foram inferiores às verificadas nos anos anteriores.

Também apenas próximo do final do ano foram criadas condições para que o pagamento do financiamento regular às autoridades de transportes fosse autorizado.

Embora estando prevista na Lei do OE a transferência de 3,0 M€ para este fim, com origem na Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), este montante não é inscrito no mapa de desenvolvimento da receita dos Serviços e Fundos Autónomos anexo à Lei do OE. Esta situação obriga a um procedimento administrativo prévio de alteração orçamental, só possível depois de efetivamente cobrada a receita, dificultado porque apenas foi possível desencadear este procedimento alguns dias antes do encerramento do exercício orçamental.

Salienta-se, ainda, o facto de a execução financeira ocorrer por exercícios orçamentais anuais, embora o planeamento das atividades seja feito para períodos de 2 anos. Esta circunstância condiciona a execução dos «planos», dado que cobrança efetiva e disponibilização das receitas próprias do FSPT ocorre de forma não previsível ao longo do ano e não tem sido autorizada a utilização de saldos dos exercícios orçamentais, ainda que como instrumento de gestão.

4. Consecução dos objetivos

O principal objetivo do «Fundo para o Serviço Público de Transportes» é o de auxiliar o financiamento das autoridades de transportes conforme previsto no artigo 12º do respetivo Regulamento, aprovado pela Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro.

O Fundo apoia, também, «ações de curto e médio prazo» que contribuam para a melhoria da qualidade do sistema de transportes, privilegiando processos de candidaturas abertos, concorrenciais, avaliadas pelo mérito, recorrendo à publicação de avisos de abertura de candidaturas.

No 1.º semestre de 2021 foram elaborados os relatórios de síntese e de prestação de contas de 2020. Desenvolveram-se as atividades preparatórias relacionadas com os objetivos do FSPT, ou seja, com o financiamento regular das autoridades de transportes e o apoio a ações de curta e média duração, para o que foram publicados 5 Avisos de diferentes tipologias de ação, receberam-se e avaliaram-se as candidaturas e foram adotadas deliberações de aprovação de financiamento.

No 2.º semestre foram publicados mais 2 Avisos (convite), verificada a despesa realizada e submetida pelas entidades beneficiárias, emitidas ordens de pagamento das participações aprovadas e transferido o financiamento regular das autoridades de transportes.

II. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

As orientações para a definição das atividades e ações a prosseguir em 2021, foram fixadas no Plano de Atividades 2020/2021, aprovado pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, dos transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros e do Tesouro.¹

Este Plano foi elaborado em conformidade com o disposto nos termos da alínea b), do nº 2, do art.º 4.º, do Regulamento do Fundo para o Serviço Público de Transportes, aprovado pela [Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro](#) e com as opções e orientações estratégicas fixadas no [Despacho n.º 3741/2018](#).

Mantiveram-se os objetivos de apoio a ações destinadas a melhorar a qualidade, segurança e o ambiente, bem como promover ações na área da investigação e melhoria da imagem do transporte público. Apoiaram-se, ainda, a digitalização e descarbonização do setor do táxi e a promoção de modos complementares de mobilidade.

III. RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento do FSPT inclui receitas provenientes de dotações atribuídas no Orçamento do Estado, do Fundo Ambiental, de coimas cobradas no âmbito das contraordenações do uso de transportes coletivos de passageiros² e das contribuições pagas pelos operadores de plataformas eletrónicas.³

O «Quadro 1» sintetiza a origem da receita prevista e efetivamente cobrada. As transferências da AMT respeitantes a taxas TVDE efetivamente cobradas, elevaram-se a 1 120 317,05 €, valor muito superior ao inscrito em OE. Salienta-se, todavia, que duas transferências no valor agregado de 756 734,03 €, apenas foram realizadas em 29/12/2021 e lançadas em 30/12/2021, o que não permitiu retirar qualquer utilidade deste movimento.⁴

Salienta-se, também, que a receita destinada ao financiamento regular das autoridades de transportes (CIM e Municípios), no valor de 3,0 M€, também com origem na AMT, foi concretizada numa única operação de transferência realizada em 17/12/2021.

¹ Vd. [comunicações de aprovação](#).

² Decreto-Lei n.º 117/2017 de 12 de setembro

³ Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto

⁴ Art.º 30.º da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto - vd. [comunicação da AMT](#)

No caso do Fundo Ambiental verificou-se um reforço de 95 mil € no financiamento inicialmente previsto, realizado ao abrigo de um protocolo enquadrado no Programa de Estabilização Económica e Social - PEES.

Quadro 1 - Receita prevista e cobrada em 2021

Referência	Receita prevista	Receita cobrada	Variação	% Var.
Transferências do OE	2 060 400,00 €	1 717 000,00 €	-343 400,00 €	-16,7%
Transferências do FA	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	0,0%
Fundo Ambiental - Protocolo FA/FT	- €	95 000,00 €	95 000,00 €	-
Instituto da Mobilidade e Transportes ¹	194 462,00 €	83 559,48 €	-110 902,52 €	-57,0%
Autoridade Tributária (AT) ² .	- €	43 442,34 €	43 442,34 €	-
Autoridade da Mobilidade e Transportes ³ .	583 472,00 €	1 120 317,05 €	536 845,05 €	92,0%
Autoridade da Mobilidade e Transportes	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €	- €	0,0%
TOTAL	7 838 334,00 €	8 059 318,87 €	220 984,87	2,8%

A receita total prevista elevava-se a 7 838 334,00 €, mas o valor efetivamente obtido situou-se em 8 059 318,87 €, aumento de 2,8% como resultado do aumento da “contribuição de regulação e supervisão” do TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica) apesar da redução da receita respeitante as coimas aplicadas a passageiros sem título de transporte válido.

¹ Proveniente de coimas aplicadas a passageiros sem título de transporte válido.

² Proveniente de cobranças coercivas de coimas aplicadas a passageiros sem título de transporte válido.

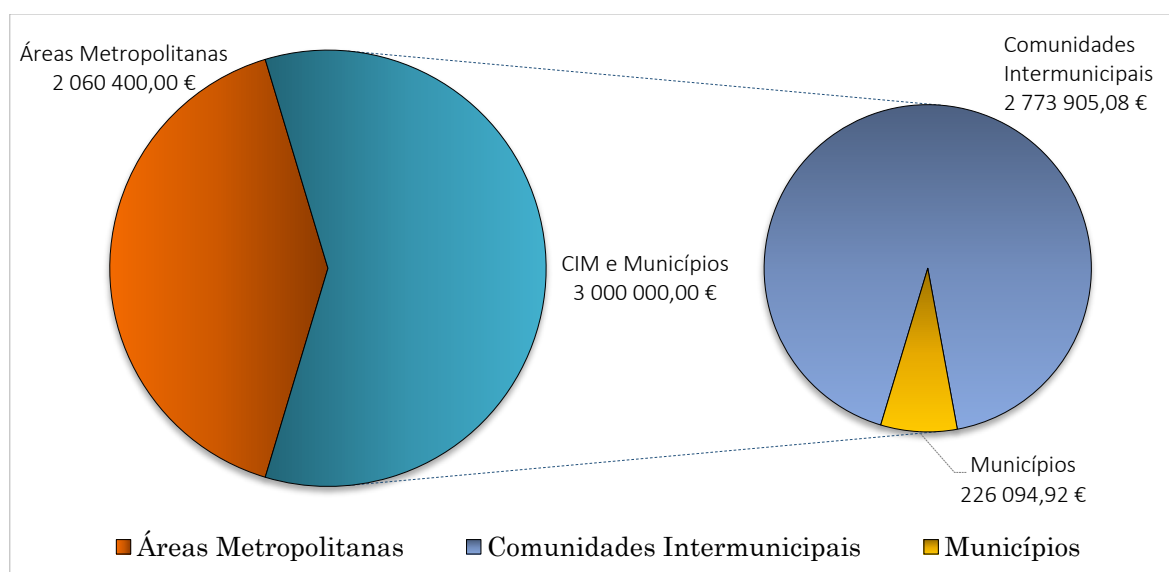
³ Proveniente da “Contribuição de regulação e supervisão” do TVDE - Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto,

IV. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Financiamento regular

O montante total previsto para financiamento regular das autoridades de transportes em 2021 elevava-se a 5,06 M€. Neste montante incluem-se 2,06 M€ destinados às Áreas Metropolitanas, a transferir pela DGO, e 3,00 M€ destinados às Comunidades Intermunicipais e a Municípios que exercem diretamente as competências de autoridade de transportes, a transferir pela AMT (vd. [Mapa do financiamento regular atribuído às Autoridades de Transportes em 2021](#)).

Gráfico 1 - Financiamento regular das autoridades de transportes



Como se refere no Quadro 1, o montante efetivamente transferido pela DGO, destinado às Áreas Metropolitanas, foi de 1,717 M€, correspondente a dez duodécimos anuais. Foi oportunamente solicitada e autorizada a regularização das prestações em falta (novembro e dezembro).

Quanto ao financiamento regular das Comunidades Intermunicipais e Municípios, o facto de ter sido concretizado numa única operação de transferência, em 17/12/2021, no valor de 3,0 M€, cuja utilização exige autorização prévia do Governo,¹ também não permitiu uma cabal transferência para todas as Comunidades Intermunicipais até à data-limite para o efeito, 30 de dezembro de 2021, situação igualmente alvo de pedido de autorização para regularizar em 2022.

Nos Quadros 2 e 3 apresentam-se as listagens do financiamento atribuído a cada uma das 21 Comunidades Intermunicipais (CIM) e aos 22 municípios que exercem diretamente competências de autoridade de transportes.

¹ Reforço de dotações de despesa, com compensação no aumento da previsão das receitas consignadas ou dos saldos de dotações de anos anteriores (crédito especial).

Quadro 2 - Financiamento regular das Comunidades Intermunicipais

Comunidade Intermunicipal	1. ^a Operação	2. ^a Operação	3. ^a Operação	TOTAL
ALENTEJO CENTRAL	48 567,00 €	48 567,00 €	48 565,49 €	145 699,49 €
ALENTEJO LITORAL	28 353,00 €	28 353,00 €	28 355,74 €	85 061,74 €
ALGARVE	41 575,00 €	41 575,00 €	41 576,77 €	124 726,77 €
ALTO ALENTEJO	49 576,00 €	49 576,00 €	49 577,03 €	148 729,03 €
ALTO MINHO	47 275,00 €	47 275,00 €	47 273,39 €	141 823,39 €
ALTO TÂMEGA	32 744,00 €	32 744,00 €	32 742,94 €	98 230,94 €
AVE	31 140,00 €	31 140,00 €	31 139,33 €	93 419,33 €
BAIXO ALENTEJO	54 374,00 €	54 374,00 €	54 374,39 €	163 122,39 €
BEIRA BAIXA	27 292,00 €	27 292,00 €	27 289,47 €	81 873,47 €
BEIRAS E SERRA ESTRELA	61 881,00 €	61 881,00 €	61 879,17 €	185 641,17 €
CÁVADO	26 058,00 €	26 058,00 €	26 059,02 €	78 175,02 €
DOURO	56 645,00 €	56 645,00 €	56 644,29 €	169 934,29 €
LEZÍRIA DO TEJO	42 816,00 €	42 816,00 €	42 812,65 €	128 444,65 €
MÉDIO TEJO	48 454,00 €	48 454,00 €	48 452,18 €	145 360,18 €
OESTE	40 287,00 €	40 287,00 €	40 290,76 €	120 864,76 €
REGIÃO DE AVEIRO	38 926,00 €	38 926,00 €	38 926,88 €	116 778,88 €
REGIÃO DE COIMBRA	64 223,00 €	64 223,00 €	64 230,08 €	192 676,08 €
REGIÃO DE LEIRIA	39 668,00 €	39 668,00 €	39 669,24 €	119 005,24 €
TÂMEGA E SOUSA	54 132,00 €	54 132,00 €	54 133,65 €	162 397,65 €
TERRAS TRÁS-OS-MONTES	40 577,00 €	40 577,00 €	40 575,68 €	121 729,68 €
UISEU DÃO LAFÕES	50 070,00 €	50 070,00 €	50 070,93 €	150 210,93 €
TOTAL	924 633,00 €	924 633,00 €	924 639,08 €	2 773 905,08 €

Quadro 3 - Financiamento regular dos Municípios

Município	1.ª Operação	2.ª Operação	3.ª Operação	TOTAL
AMARANTE	-	-	14 297,58 €	14 297,58 €
AVEIRO	-	-	5 956,58 €	5 956,58 €
BARCELOS	-	-	20 772,24 €	20 772,24 €
BRAGA	-	-	11 653,75 €	11 653,75 €
BRAGANÇA	-	-	13 013,68 €	13 013,68 €
CASTELO BRANCO	-	-	13 953,17 €	13 953,17 €
COIMBRA	-	-	7 470,69 €	7 470,69 €
ENTRONCAMENTO	-	-	5 134,50 €	5 134,50 €
ÉVORA	-	-	12 173,70 €	12 173,70 €
FARO	-	-	5 302,05 €	5 302,05 €
FREIXO DE ESPADA À CINTA	-	-	7 045,52 €	7 045,52 €
GUIMARÃES	-	-	17 024,43 €	17 024,43 €
LAGOS	-	-	4 386,36 €	4 386,36 €
LAMEGO	-	-	9 442,47 €	9 442,47 €
MOIMENTA DA BEIRA	-	-	7 642,22 €	7 642,22 €
PORTALEGRE	-	-	8 830,38 €	8 830,38 €
PORTIMÃO	-	-	4 596,69 €	4 596,69 €
SABUGAL	-	-	11 335,28 €	11 335,28 €
VIEIRA DO MINHO	-	-	8 180,29 €	8 180,29 €
VILA NOVA DE FAMALICÃO	-	-	15 657,43 €	15 657,43 €
VILA REAL	-	-	10 598,55 €	10 598,55 €
UISEU	-	-	11 627,36 €	11 627,36 €
TOTAL	-	-	226 094,92 €	226 094,92 €

Globalmente o valor total dos apoios ao funcionamento regular das autoridades de transportes (autoridades metropolitanas, intermunicípios e municípios) situou-se em 3 936 917,94 €, o que corresponde a 77,8% do montante total inicialmente previsto.

2. Financiamento de ações de curta e média duração

Com vista ao financiamento de ações de curta e média duração foram publicados 7 avisos com objetivos distintos, e destinados a diferentes tipos de beneficiários.

Quadro 4 - Avisos publicados pelo FSPT no ano de 2021

Nr.	Objetivo	Destinatários	Dotação Inicial ¹
<u>1</u>	Descarbonização do setor do táxi	- Empresas habilitadas com alvará para serviços o transporte em táxi; - Municípios e associações empresariais de táxi.	200 000,0
<u>2</u>	Digitalização do setor do táxi	- Operadores de serviços de transporte em táxi; - Associações de operadores ou empresas de âmbito regional ou nacional.	500 000,0
<u>3</u>	Aquisição e instalação de equipamentos destinados ao estacionamento de bicicletas	- Municípios; - Comunidades intermunicipais; - Empresas detentoras ou responsáveis pela gestão de estações, terminais ou interfaces de transportes públicos; - Estabelecimentos de ensino; - Equipamentos de saúde; - Outros serviços públicos.	500 000,0
<u>4</u>	Capacitação das autoridades de transporte	- Municípios; - Comunidades Intermunicipais; - Operadores de transporte público rodoviário.	800 000,0
<u>5</u>	Modos complementares de mobilidade	- Municípios.	95 000,0
<u>6</u>	Desenvolvimento de instrumentos de planeamento e de monitorização da mobilidade.	- TML- Transportes Metropolitanos de Lisboa (aviso convite).	35 000,0
<u>7</u>	Promoção dos transportes públicos de passageiros	- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (aviso convite).	200 000,0

No conjunto dos 7 avisos foram submetidas 262 candidaturas.

O «Aviso n.º 3/2021 - Apoio à aquisição e instalação de equipamentos destinados ao estacionamento de bicicleta», teve 102 candidaturas e «Aviso n.º 4/2021 - Capacitação das autoridades de transportes», 88 candidaturas.

Nos avisos destinados ao setor do táxi receberam-se 15 candidaturas ao «Aviso 1/2021 - Apoio à descarbonização da frota de táxis» e 20 candidaturas ao «Aviso 2/2021 - Apoio à digitalização do setor do táxi».

O «Aviso 5/2021 - Promoção de modos complementares de mobilidade», foi enquadrado num protocolo com o Fundo Ambiental com dotação de 95 000 € e

¹ A dotação inicial pode ser alterada por decisão do «membro do Governo responsável pela supervisão do Fundo», tendo em conta a procura efetiva ou a ocorrência de situações imprevistas.

destinado a municípios com candidaturas na mesma tipologia aprovadas no ano de 2020, mas não realizadas ou não totalmente realizadas. Houve 4 candidaturas de 11 possíveis. O montante não aplicado, no valor 68 712 €, foi devolvido ao Fundo Ambiental.

Os «Avisos 6/2021 - Apoio ao desenvolvimento de instrumentos de planeamento e de monitorização da mobilidade ativa ciclável» e «7/2021 - Apoio à promoção dos transportes públicos de passageiros», sendo avisos-convite, apenas tiveram uma candidatura cada.

As aprovações foram sendo efetuadas em função das dotações orçamentais e das receitas efetivamente cobradas. O Quadro 5 sintetiza o custo total, a comparticipação aprovada e os pagamentos autorizados em cada aviso.

Quadro 5 - Comparticipações aprovadas e pagamentos autorizados

Aviso	Candidatura		Execução	
	Comparticipação solicitada	Comparticipação aprovada	Despesa elegível	Pagamento autorizado
1	70 669,68 €	70 669,68 €	70 669,68 €	70 669,68 €
2	33 016,33 €	10 482,55 €	5 713,52 €	2 856,76 €
3	165 991,68 €	124 493,76 €	44 811,21 €	33 608,44 €
4	3 478 049,75 €	1 500 000,00 €	1 025 718,60 €	685 564,21 €
5	97 884,00 €	73 413,00 €	35 050,00 €	26 287,50 €
6	47 019,00 €	35 000,00	35 000,00 €	35 000,00 €
7	200 000,00 €	200 000,00	34 608,00 €	34 608,00 €
TOTAL	4 092 630,44 €	2 014 058,99 €	1 251 571,55 €	888 594,59 €

Conforme se apresenta nos mapas de [candidaturas submetidas e dos pagamentos autorizados](#) no conjunto dos avisos foram submetidas candidaturas com um custo total elegível declarado superior a 8,3 M€ de euros, solicitando a comparticipação total de 4,1 M€ e aprovada uma comparticipação de 2,0 M€.

A despesa elegível demonstrada elevou-se a 1 251 571,55 € tendo sido autorizado o pagamento de comparticipações no valor total de 888 594,59 €.

V. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

1. Síntese da execução financeira

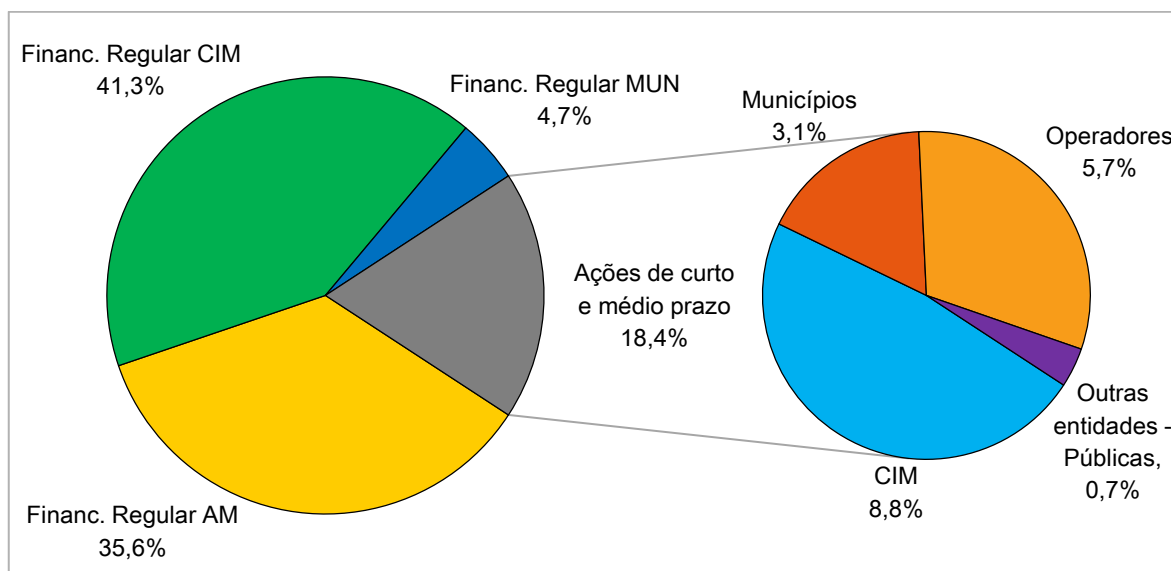
A execução financeira de 2021 está prejudicada pela disponibilização irregular das receitas e pelo contexto de pandemia. Foi concretizada a transferência do montante previsto para financiamento regular dos Municípios que exercem diretamente competências de autoridade de transportes, mas o financiamento regular previsto para as Áreas Metropolitanas e para as Comunidades Intermunicipais não foi processado na totalidade.

A taxa global de execução financeira anual do FSPT situou-se em cerca de 60% (despesa executada/receita efetiva). Foi obtida uma receita total de 8 059 318,87 € e foram pagos financiamentos e apoios no valor de 4 825 510,68 €.

Tendo em conta o montante devolvido ao Fundo Ambiental, no valor de 68 712,00 €, o saldo do exercício situou-se em 3 165 096,19 €.

Receita prevista 7,838 M€	Receita efetiva 8,059M€	Despesa executada 4,826 M€	Saldo do exercício 3,165 M€
------------------------------	----------------------------	-------------------------------	--------------------------------

Gráfico 2 – Repartição do financiamento atribuído em 2021 (%)



2. Indicadores de realização física e financeira

Os quadros seguintes sintetizam os indicadores de realização física e financeira no que respeita às ações de curto e médio prazo (Avisos).

Quadro 5 - Indicadores de realização física

Indicador	Avisos						
	1	2	3	4	5	6	7
Nº de candidaturas apresentadas	15	20	102	89	4	1	1
Nº candidaturas admitidas	12	20	86	89	4	1	1
Nº candidaturas aprovadas	12	13	86	27	4	1	1
Nº entidades com candidaturas	12	8	47	21	4	1	1
Nº candidaturas de CIM	-	-	1	13	-	-	-
Nº candidaturas de municípios	-	-	36	2	4	-	-
Nº candidaturas de operadores	12	20	0	6	-	1	-
Nº candidaturas estabelecimentos de ensino	-	-	8	-	-	-	-
Nº candidaturas outro serviço público	-	-	2	-	-	-	1
Nº pedidos de pagamento	-	-	34	59	2	1	1

Quadro 6 - Indicadores de realização financeira

Indicador	Avisos						
	1	2	3	4	5	6	7
Solicitado/programado	35,3%	6,6%	33,2%	231,9%	103,0%	134,3%	100,0%
Aprovado/ programado	35,3%	2,1%	24,9%	100,0%	77,3%	100,0%	100,0%
Aprovado/ solicitado	100,0%	31,7%	75,0%	43,1%	75,0%	74,4%	100,0%
Executado/aprovado	100,0%	59,9%	36,0%	45,7%	47,7%	100,0%	17,3%
Executado/programado	35,3%	1,3%	9,0%	45,7%	36,9%	100,0%	17,3%
Comparticipação paga/aprovada	100,0%	27,3%	27,0%	45,7%	35,8%	100,0%	17,3%

VI. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Regularidade na ação do Fundo

Como já referido, o exercício orçamental de 2021 fica marcado pela situação de «pandemia» e pela ocorrência de factos que, embora previsíveis em alguns casos, não são controláveis pela autoridade de gestão do Fundo.

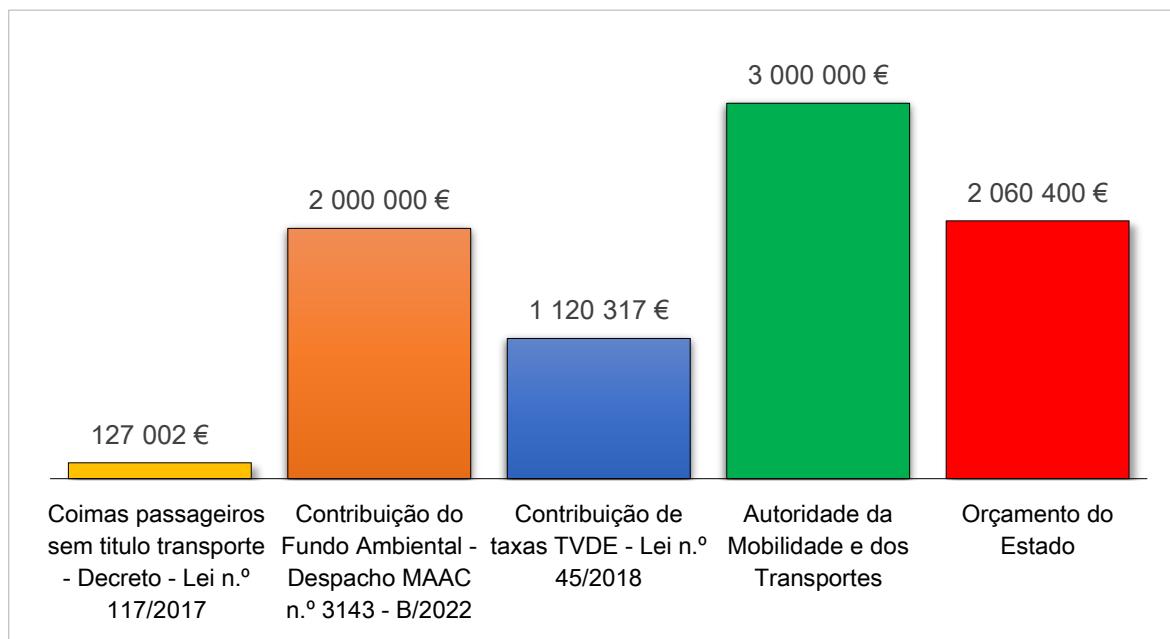
É o caso do financiamento regular das autoridades de transportes, totalmente dependente das transferências a realizar pela AMT, as quais sistematicamente só ocorrem muito próximo da data-limite de encerramento da execução orçamental.

Não se verificou impacto ao nível do valor global da receita, mas verificou-se e de forma acentuada no que respeita à previsibilidade da cobrança dessa receita e da execução financeira por parte das entidades beneficiárias dos avisos para financiamento de ações de curto e médio prazo.

2. Perspetivas para 2022

As perspetivas de receita para 2022 são as indicadas no Gráfico 3. A previsão atual de receita é igual à efetivamente obtida em 2021. O valor total eleva-se a 8 307 718,87 €, dos quais 3 247 318,87 € destinados ao financiamento de ações de curto e médio prazo e 5 060 400,00 € ao financiamento regular das autoridades de transportes.

Gráfico 3 – Origem da receita esperada em 2022



Os diversos exercícios orçamentais do Fundo, revelaram constrangimentos a uma eficaz execução, que se admite não poderem ser superados em alguns casos.

Todavia, pretende-se agilizar os processos de decisão e tornar a ação do Fundo de Transportes mais previsível, divulgando antecipadamente a publicação de Avisos e dando mais tempo às entidades para o planeamento e melhoria da qualidade das candidaturas. Pretende-se, também, conseguir condições para um mais eficaz acompanhamento e controlo das ações aprovadas.

ANEXOS

Listagens de ponto de situação dos Avisos

Aviso n.º 1/2021 - APOIO À DESCARBONIZAÇÃO DA FROTA DE TÁXIS

Aviso n.º 2/2021 - APOIO À DIGITALIZAÇÃO DO SETOR DO TÁXI

Aviso n.º 3/2021 - APOIO À AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
DESTINADOS AO ESTACIONAMENTO DE BICICLETA

Aviso n.º 4/2021 - CAPACITAÇÃO DAS AUTORIDADES DE TRANSPORTE

Aviso n.º 5/2021 - PROMOÇÃO DE MODOS COMPLEMENTARES DE MOBILIDADE

Aviso n.º 6/2021 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE
PLANEAMENTO E MONITORIZAÇÃO MOBILIDADE CICLÁVEL

Aviso n.º 7/2021 - APOIO A PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES